

PARÂMETROS HISTÓRICO-CULTURAIS PARA A DISCUSSÃO SOBRE IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

HISTORICAL-CULTURAL PARAMETERS FOR THE DISCUSSION ON BLACK IDENTITY IN BRAZIL

PARÁMETROS HISTÓRICO-CULTURALES PARA LA DISCUSIÓN SOBRE LA IDENTIDAD NEGRA EN BRASIL

Silvano da Conceição

Doutor em Sociologia – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – silconceicao@uesb.edu.br

Recebido em: 22/04/2021

Aceito para publicação: 27/09/2021

Resumo

O presente texto é resultado de pesquisas sobre a temática identidade. Sabe-se que a discussão sobre identidade está fortemente associada a outros conceitos imprescindíveis na análise da realidade social; entre esses, destacamos a questão da identidade negra no Brasil. Grosso modo, buscou-se fazer tanto uma reconstituição histórica da questão racial no Brasil, desde o momento colonial, como uma análise dos desdobramentos que a fixação de preconceitos e estereótipos sobre negros acabou gerando na formatação de sua identidade enquanto sujeitos históricos, desenraizados à força e submetidos a constantes caprichos, num primeiro momento, dos senhores de escravos e, mais tarde, daqueles que acreditavam nas doutrinas raciais que vieram junto a um pacote de determinismos produzidos nos EUA e Europa. Além das reflexões teóricas, utilizaram-se alguns jornais da imprensa negra no Brasil.

Palavras-chave: História, Identidade, Questão racial, Relações étnicas.

Abstract

This article results from research on the theme of identity. It is known that the discussion about identity is strongly associated with other important concepts in the analysis of social reality; among these, we highlight the issue of black identity in Brazil. Roughly speaking, we sought to make both a historical reconstruction of the racial issue in Brazil, since the colonial period, and an analysis of the consequences that the fixation of prejudices and stereotypes about black people generated in the formatting of their identity as historical subjects, uprooted by force and subjected to constant whims, at first, from the slave masters and, later, from those who believed in the racial doctrines that came with a package of determinisms produced in the USA and Europe. In addition to theoretical reflections, some newspapers from the black press in Brazil were used.

Keywords: History, Identity, Race issue, Ethnic relations.

Resumen

Este texto es el resultado de una investigación sobre el tema de la identidad. Se sabe que la discusión sobre la identidad está fuertemente asociada a otros conceptos esenciales en el análisis de la realidad social, entre los que destacamos el tema de la identidad negra en Brasil. A grandes rasgos, buscó hacer tanto una reconstrucción histórica de la cuestión racial en Brasil, desde el momento colonial, como un análisis de los desarrollos que la fijación de prejuicios y estereotipos sobre los negros terminaron generando en el formateo de su identidad como histórico sujetos, desarraigados y sometidos a la fuerza, caprichos constantes, al principio, de los esclavistas y, después, de los que creían en las doctrinas raciales que venían acompañadas de un paquete de determinismos producidos en Estados Unidos y Europa. Además de las reflexiones teóricas, se utilizaron algunos periódicos de la prensa negra en Brasil.

Palabra clave: Historia, Identidad, Cuestión racial, Relaciones étnicas.

Introdução

O interesse pelo tema identidade decorreu, a princípio, da nossa participação no projeto temático “Imigrantes, Elites e Sociedade em São Paulo”, no qual, por meio de um sub-projeto intitulado “Imigração e Política”, desenvolvemos um trabalho que enfocou a formação e atuação do Bando de Mangano¹. Posteriormente, desenvolvemos o tema identidade na minha dissertação de mestrado, que tratou dos padrões de nupcialidade no município de São Carlos, no período de 1890 a 1939. Nesse estudo, pudemos visualizar, com maior nitidez, as reais fronteiras que separaram os diferentes grupos étnicos no momento de contrair matrimônio.

A discussão sobre a identidade negra no Brasil torna-se importante pelo fato de, reconhecidamente, algumas reflexões sobre o tema terem sido desenvolvidas a partir de categorias e valores oriundos da cultura europeia. Aliás, neste momento, cabe um parêntese em relação a Silvio Romero, que já apontava as limitações dos estudiosos do problema do negro no Brasil (na época) por se utilizarem literalmente das categorias europeias. Para Romero (1888), a transplantação dessas categorias para se estudar tal problema eram insuficientes e ineficientes².

No tocante ao recorte temporal, optamos por selecionar o período no qual se acirra o movimento pelo fim do trabalho escravo até meados de 1920, pois é no acirramento das lutas pela abolição que, baseadas em teóricos europeus, têm início as discussões acerca da questão racial no país.

O texto está organizado, basicamente, em dois momentos, sendo que, no primeiro deles, procuramos desenvolver uma abordagem sobre a questão do negro no Brasil que vai até o

¹ Este estudo deu origem à minha monografia de conclusão de curso, intitulada *O Banditismo em São Carlos: o caso do Bando Mangano (1894 a 1898)*. Uma cópia desse trabalho encontra-se no Núcleo de Pesquisa e Documentação “Dr. José Albertino Rosário Rodrigues”, do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar.

² Guerreiro Ramos (1957, p. 128-129) afirma que Sylvio Romero, afora todas as críticas que se possam lhe dirigir, foi um dos primeiros a chamar a atenção para a falta de estudos sobre o negro no Brasil: “é uma vergonha [...] para a ciência do Brasil, que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas, e das religiões africanas [...] O negro – dizia – não é só u’a máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência” (trecho de *A poesia no Brasil*, de Sylvio Romero, 1879).

momento da abolição. No segundo momento, procuramos enfocar de maneira mais profunda a questão relacionada à construção da identidade do negro no contexto pós-abolição.

Questão racial e identidade: uma abordagem histórico-cultural

No tocante à discussão acerca da identidade do negro, devem-se levar em consideração os antecedentes históricos que marcam profundamente essa construção³, pois estes informam aspectos da representação, uma vez que esta atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior (HALL, 1997 apud WOODWARD, 2000).

Segundo Durkheim (1981), valores, normas de comportamento e crenças são socialmente criadas, isto é, constroem-se pelas e nas relações sociais. Portanto, variam no tempo e no espaço: fatos sociais são fatos históricos. Da sociedade emanam, entre outros, fenômenos abstratos que informam ao indivíduo sobre como deve ser o agir social, o comportamento propriamente dito. As representações coletivas nada mais são do que as formas classificatórias da sociedade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção da identidade é marcada pela diferença, uma vez que uma identidade só existe em relação à outra, a minha identidade só existe quando em relação com a do outro. A diferença marca a exclusão e aponta para o aspecto histórico que está presente na identidade, aspecto este que é indicador de que a identidade não é fixa no tempo e no espaço, ela não só pode como muda ao longo dos diferentes processos históricos. A redescoberta do passado é parte importante para que se compreenda a construção da identidade, ocorrida num determinado momento e caracterizada pela existência de conflitos e contestações.

Essa pontuação já nos remete, de imediato, à maneira como o negro localizava-se na organização social. Se houver interesse em entender como se deu a construção da identidade do negro na sociedade brasileira, é preciso conhecer as suas raízes históricas. A identidade racial é construída no jogo das relações sociais, e, como se sabe, esse jogo é altamente dinâmico e

³ O sentido que buscamos apontar para a discussão relacionada à identidade em nada tem a ver com a perspectiva adotada no século XIX, a qual postulava que a identidade era algo inato e que caracterizava a essência de um povo. A justificativa para descartar tal perspectiva está no fato de reconhecermos que a população mundial formou-se a partir de intensos movimentos migratórios, e, sendo assim, jamais poderíamos supor a existência de raças puras, religiões puras ou um povo puro.

conflitivo, na medida em que os grupos possuem distintos interesses, motivados por uma ótica que pode ser geográfica, biológica ou cultural. Em se tratando do jogo de interesses entre negros e brancos, essa tendência não é diferente da geral, e a relação torna-se altamente conflitiva, uma vez que a escravidão se utiliza das características do africano cativo para qualificá-lo como menos desenvolvido e, portanto, passível de dominação por uma cultura, considerada pelo branco dominador, como “mais desenvolvida”⁴.

Segundo Silva (1995, p. 42), “a escravidão – sistema de trabalho compulsório – existiu desde a antiguidade. Muitos historiadores destacaram já a sua presença no período de maior apogeu da civilização greco-romana. Aristóteles, filósofo grego, considerava o escravo inferior por sua natureza e esta concepção permeou através dos anos o pensamento ocidental”.

No Brasil escravista, a inimizade entre africanos (conhecidos como *mina*) e crioulos⁵ sempre fora estimulada pelos senhores de café como forma de melhor manter a dominação sobre eles.

Havia várias diferenças entre esses grupos de escravos devido ao grupo étnico de origem, à língua falada, à religião praticada, e isso não se apagava com o fato de serem cativos nas fazendas de engenho e, posteriormente, nas de café. Os crioulos, por conhecerem melhor a língua e as regras, conseguiam sua liberdade com um grau de dificuldade menor. Já os “mina” (africanos recém-chegados no Brasil) encontravam enormes dificuldades por não conhecerem a língua, as regras e os costumes.

Importante analisar aqui uma passagem da *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, que afirma o seguinte:

O senhor é senhor porque é vitorioso e assim realiza seu desejo de ser reconhecido como tal pelo escravo, sobre o qual tem poder de vida e morte. Mas a relação senhor-escravo é, como toda relação, dinâmica e o escravo não é um elemento passivo. É a consciência do escravo que reconhece o senhor como tal; este, por isso necessita do outro para afirmar-se e se manter como senhor. O escravo, dependente em princípio do senhor, torna-se senhor da consciência de seu próprio amo. (1999, p. 352)

⁴ Vale destacar aqui que esta maneira de ver o africano cativo está estreitamente relacionada com a perspectiva de Gobineau em sua obra *A Diversidade Moral e Intelectual das Raças* (1856), na qual deixa claro que o negro é inferior ao branco e ao amarelo, basicamente por meio da análise de três características: intelectual, propensões animais e manifestações morais.

⁵ Por crioulos entendem-se os escravos nascidos no Brasil (REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989).

Para fins da discussão travada neste texto, a saber, sobre a construção da identidade do negro, o fragmento acima sugere que, nas relações sociais, a dependência é recíproca, uma vez que, para haver o domínio, é preciso que haja o reconhecimento deste pelo dominado. Para atualizar o domínio de um grupo sobre o outro, é necessária uma constante elaboração/reelaboração de diferentes mecanismos de controle social.

De acordo com Marx (1988), é no nível da superestrutura que esses mecanismos são elaborados. Nesse nível, destaca-se a estrutura jurídico-política – referente às normas e leis que correspondem à sistematização das relações já existentes – e a estrutura ideológica – formada por um conjunto de ideias de determinada classe social que, por meio de sua ideologia, defende seus interesses. Nas relações de dominação, um modo de vida acaba se sobrepondo a um outro de tal forma que o poder (controle social) continue concentrado nas mãos do “mais forte” ou do “grupo vitorioso”.

O paternalismo no Brasil, dado aos crioulos, era uma forma estratégica de controle dos senhores para dominá-los sem muitos desgastes, podendo, inclusive, fazer uso da negociação. Mesmo essa estratégia tendo surtido algum resultado esperado pelos senhores de escravos – na medida em que o incentivo às rivalidades entre *minas* e crioulos criava um certo distanciamento entre esses dois grupos –, pode-se afirmar que essa forma de dominação estava longe de significar relações escravistas harmoniosas. Com esse tipo de tratamento dispensado aos escravos, os senhores tinham como principal interesse o impedimento da união de crioulos e africanos (*minas*) numa possível rebelião (REIS; SILVA, 1989).

O primeiro grande elemento unificador de africanos (*minas*) e crioulos aqui no Brasil do século XIX foi o Candomblé, pois, se, do ponto de vista político, a unidade não foi possível, do ponto de vista religioso, isso acabou ocorrendo sem grandes problemas. Essa superação irá propiciar que negros nascidos no Brasil e africanos unam-se em rebeliões, e, assim, crie-se - por meio da religião - uma identidade comum, que os unificava em torno de um mesmo objetivo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Candomblé acabou se tornando um grande problema para os senhores de escravos, pois ameaçava romper a política de dominação senhorial, e isso significava acabar com a principal fonte de renda do cafeicultor, uma vez que este dependia dos escravos para realizar todo o trabalho produtivo na fazenda.

Com o fim do tráfico de negros pelo oceano, a mão-de-obra para as lavouras de café vai tornando-se de difícil acesso. Como forma de impedir as fugas e a organização de rebeliões dos negros – que, certamente, prejudicava a produtividade das fazendas –, os cafeicultores passaram a diminuir os maus tratos, tão comuns nas fazendas, e a ceder lugar a uma maior liberdade, o que propiciou a aquisição de alguns “direitos” por parte dos escravos.

Mesmo antes da dominação do Candomblé, os cafeicultores já haviam percebido que a religião era um forte instrumento de dominação, o qual deveria ser utilizado com os escravos, sendo, inclusive, respeitados os domingos e os dias santos; os religiosos vinham até as fazendas para pregarem o sermão (dizendo o que eram e o que não eram bons costumes) e propagarem a fé cristã (REIS; SILVA, 1989). A dominação dos escravos estava baseada nos padrões culturais da classe hegemônica do período, a saber, os fazendeiros de café, que acreditavam que os negros deveriam receber a fé cristã, como forma de se tornarem civilizados.

Faz-se necessário destacar que, no período que antecedeu a abolição da escravatura no Brasil, as pessoas negras, na tentativa de sensibilizarem a população para a brutalidade que representava a escravidão ou mesmo na busca por uma solidariedade de grupo, desenvolveram diversos instrumentos de ação. Nunca é demais destacar que, entre as formas de resistência, estavam os homicídios, fugas e suicídio, porém, ainda, é preciso lembrar que, já no ano de 1798, pessoas negras de Salvador organizaram a Revolta dos Búzios, na qual utilizaram como mecanismo de aglutinação manifestos colados nas paredes (PINTO, 2008).

Durante o século XIX, surgiu em vários estados do Brasil uma dezena de jornais que representavam os interesses das pessoas negras, sobretudo a partir do período pós-independência (1822). O quadro abaixo traz alguns desses “jornais”:

Quadro 2: Jornais surgidos no Brasil no século XIX.

Título do Jornal	Estado	Ano de fundação
O Bahiano	BA	1828
O Homem de cor (O Mulato); Brasileiro Pardo; O Cabrito; O Crioulinho; O Lafuente	RJ	1833
O Homem – realidade constitucional ou dissolução social	PE (Recife)	1876
A Pátria – orgam dos homens de cor	SP	1889
O Exemplo	RS (Porto Alegre)	1892

O Progresso – orgam dos homens de cor	SP	1899

Fonte: “A Imprensa Negra no Brasil – momentos iniciais”, de Ana Flávia Magalhães Pinto.

Em geral, todos esses jornais traziam em seu conteúdo assuntos que podem ser agrupados em dois grandes temas: 1) a difusão dos laços de solidariedade entre o grupo, destacando a beleza negra, as associações de ajuda mútua etc., e 2) a militância política que visava à abolição e à garantia dos direitos à cidadania das pessoas negras.

Segundo Pinto, o primeiro jornal da imprensa negra a se inserir no debate em torno das questões relacionadas à cidadania das pessoas negras foi o pasquim *O Homem de Cor*. Segundo a autora:

[...] no lado esquerdo, temos a transcrição do parágrafo 14 do artigo 179 da Constituição de 1824, que diz: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”; no direito, literalmente, reproduz-se um trecho de um ofício do Presidente da Província de Pernambuco, datado em 12 de junho de 1833: “O Povo do Brasil é composto de Classes heterogêneas, e de balde as Leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma há de procurar, e tender a separar-se das outras, e eis um motivo a mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”.

A postura do jornal é claramente a de embate contra as autoridades administrativas do Império que insistiam em evitar, primeiro, a abolição da escravatura e, depois, a inserção social dos negros naqueles cargos de maior prestígio na sociedade. De certa forma, o jornal buscava forçar uma discussão na sociedade brasileira baseada na própria Carta Constitucional do país, que apregoava a ideologia da igualdade, mas mantinha pessoas negras em situação de escravidão e, na prática, reconhecia o poder de vida e morte do senhor sobre o escravo. Essa ideologia demonstrou-se extremamente contraditória com a postura de uma transformação profunda da sociedade brasileira.

A fábula das três raças (DaMATTA, 1987) veio, no contexto pós-independência, justificar, racionalizar e legitimar diferenças internas na busca de uma identidade que reafirmava a superioridade branca em detrimento da negra. E era exatamente a essa dimensão ideológica, a essa não disposição ao debate sobre uma questão tão contraditória na sociedade brasileira que a imprensa negra contrapunha-se em suas matérias jornalísticas.

A partir do treze de maio de 1888, ou seja, após a libertação dos escravos no Brasil – por sinal, o último país da América a extinguir a escravidão –, os libertos sentiram a necessidade de encarar uma realidade altamente hostil à sua assimilação, agora como indivíduos portadores de liberdade e sedentos da aquisição do *status* de cidadania. Fernandes (1978) afirma-nos que a estrutura social brasileira tornou-se praticamente impermeável no que se refere à integração do negro nessa *nova ordem social competitiva*.

Nesse contexto social brasileiro, que tinha como expectativa o *branqueamento* da população brasileira (formada amplamente por negros e pardos), até mesmo o matrimônio entre negros e brancos significava, na mente dos segregadores, uma total desordem social. Era por isso que existiam disposições legais que proibiam os negros de conviverem no mesmo espaço social (núcleo colonial) dos imigrantes⁶.

Schwarcz (1987) evidencia-nos os estigmas presentes na relação do branco com o negro, quando conta a história de um crioulo que se meteu a ser um leitor de Varella⁷. A postura de leitor compenetrado, o uso de bigode e cavanhaque chamaram muito a atenção dos “ilustres” presentes no trem que ia para Maceió, uma vez que esses sinais não refletiam o agir social de um elemento de cor, ou seja, não refletiam o padrão de comportamento do negro. Dessa forma, tal atitude do negro provocou entre os “ilustres” um sentimento de total desconforto. Era como se os presentes acreditassem que aquele negro estivesse fora de seu lugar, pois as características associadas aos indivíduos de cor, certamente, não lhes conferiam o título de leitor. O negro trazia – e traz até hoje, embora o mito da democracia racial tenha tentado mascarar essa realidade – os estigmas de ladrão, mau-caráter, violento, criminoso, vagabundo, bêbado etc. Estas são representações, geralmente, associadas aos elementos de cor, cativos ou libertos (SCHWARCZ, 1987).

Geralmente, os estigmas utilizados pela classe hegemônica servem para garantir a dominação de um grupo sobre o outro. Tal como lembra Marx (1988), a ideologia dominante

⁶ Porém, em 1908, data em que se insere a mão de obra amarela (asiática, principalmente, a japonesa), gerou-se no país uma grande controvérsia quanto a esse discurso, uma vez que estes povos não eram brancos. Por volta de 1934, disposições constitucionais passaram a controlar rigidamente, através de cotas, a entrada de imigrantes asiáticos no Brasil. Os avaliadores das qualidades ideais passaram a considerar o italiano adequado ao trabalho rural porque ele continha as características que os defensores do branqueamento da raça brasileira defendiam, a saber, branco, latino, europeu, católico romano, bom trabalhador rural (PEREIRA, 1987).

⁷ Matéria publicada com o título *Como Elles São*, pelo jornal *Correio Paulistano*, em 3 de julho de 1978.

em qualquer sociedade sempre foi a da classe dominante. Assim, os estabelecidos foram, historicamente, os responsáveis pela elaboração e imposição das regras e normas que regem a sociedade. A ideologia dominante no período da substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre apregoava a valorização do trabalho duro e contínuo. E o negro, por conta daqueles inúmeros estereótipos que carregava em sua representação social, teve enormes dificuldades em se firmar como mão de obra livre afeita ao trabalho.

Como os dados históricos apontam-nos, a mão de obra preferencial do período pós-abolição foi aquela oriunda da Europa, mais precisamente, da Itália. Nesse contexto, o colono deveria acreditar que seu sucesso e sua ascensão social dependeriam exclusivamente da sua dedicação ao trabalho. Em comparação ao período escravocrata, a ideologia da valorização do trabalho não poderia nunca ter existido, pois o regime de trabalho escravo impôs uma deformação à própria ideia de trabalho.

A dominação exercida pelos cafeicultores sobre os negros e estrangeiros tinha como fim último a conservação do poder que possibilitava aos cafeicultores a ocupação das mais altas e importantes posições, ou seja, aquelas que concediam ao seu titular grande prestígio social.

Segundo Bourdieu (1989), a ocupação das posições de maior prestígio social irá depender da força simbólica que os atores sociais possuem; força esta que se manifesta na interação em forma de retóricas. Para compreender o que pode e o que não pode ser dito, é preciso conhecer as leis de formação do grupo daqueles que dominam – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. Ao analisar as ações dos sujeitos, dentro daquilo que chama de *o campo cultural*, Bourdieu acredita ser necessário levar em consideração as probabilidades de conquista do poder e de prestígio e considera os objetos, simplesmente, como meios estratégicos que os produtores empregam na luta pelo poder.

As proposições de Elias (2000), ao estabelecer a diferença existente entre as pessoas consideradas “boas” e aquelas consideradas “não boas”, ou seja, aquelas que dominam todo o poder e as posições de prestígio social e aquelas que estão fora dessa esfera, permitem ao observador uma comparação entre os estabelecidos e os *outsiders*. O termo *estabelecidos* será utilizado para designar, tal como afirma Elias, a “minoria dos melhores”, dos guardiões do bom gosto no campo das artes, das boas maneiras etc. Serão designados como estabelecidos os

fazendeiros de café, grupo dotado de uma forte coesão interna⁸. Por isso, haviam construído e, portanto, encarnado os valores da tradição e da boa sociedade, o que os fazia se sentir como superiores frente a qualquer outro segmento social.

Já o termo *outsiders* refere-se a um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas que não fazem parte da “boa sociedade”, estão fora dela. São aqueles indivíduos que não ocupam posição social que confere ao seu titular prestígio e poder. Poderíamos identificar como pertencentes a esse conjunto os negros e os mestiços. No intuito de preservar a sua identidade e de afirmar sua superioridade, o grupo estabelecido exclui e estigmatiza o grupo dominado, como uma condição necessária para mantê-lo firmemente em seu lugar.

O fim da escravidão traz um problema para o país enquanto nação, uma vez que, decretado o seu final, aqueles que antes eram pessoas sem direito à cidadania – na Constituição de 1824, índios e escravos não eram considerados cidadãos –, agora, sendo homens livres, deveriam ser tratados como cidadãos, portadores de direitos e deveres.

Segundo lembra Thomas Skidmore (1976 apud SCHWARCZ, 1987), é a partir do fim da escravidão que o racismo passou a existir no Brasil, atingindo seu auge entre 1890 e 1920, quando as ideias de hierarquização das raças e da superioridade da raça branca adquirem foros de legitimidade científica, principalmente por influência das ideias vindas da Europa por meio dos trabalhos de Kidd, Buckle, Lapouge e Gobineau (darwinistas sociais)⁹.

Em torno dessa perspectiva, vale a pena aprofundarmo-nos um pouco mais na discussão. De acordo com DaMatta (1987, p. 68), “é impossível demarcar com precisão as origens do credo racial brasileiro, mas é possível assinalar seu caráter profundamente hierarquizado (...)”, e esse modelo de sociedade hierarquizada foi implantado no Brasil-colônia por Portugal, país este já bastante familiarizado à segregação social, cuja legitimidade estava, segundo Magalhães Godinho (1971 apud DaMATTA, 1987), marcada pela origem rácica e religiosa.

⁸ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 13. ed. São Paulo: CIA e Editorial Nacional, 1975. Os produtores de café procuravam tomar decisões conjuntas desde a fase produtiva até a fase comercial. O que muito nos chama a atenção é a clara consciência de seus próprios interesses, coisa que não ocorria com a antiga classe dirigente (açucareira). Desde cedo, os cafeicultores compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica.

⁹ Em suas teorias, era salientada a inferioridade negra, a degeneração mulata e a decadência tropical (SCHWARCZ, 1987).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o racismo, enquanto prática injusta ou violenta contra pessoas de diferentes grupos étnicos, diferentes matrizes culturais, não é coisa que passa a existir somente a partir de 1888, mas, antes, já nos primeiros momentos da escravidão praticada em território brasileiro. Ou seja, reconhecendo que a prática racista não foi fruto da Lei Áurea, conclui-se que esse fenômeno já existia na realidade social brasileira antes mesmo da Proclamação da Independência (1822). Portanto, esse raciocínio sugere que a compreensão do racismo à brasileira deve ser buscada no Brasil-colônia.

É para essa dimensão histórica que se deve voltar o olhar, na medida em que somente ela pode fornecer ao investigador social as matrizes da questão racial colocada no Brasil e, a partir daí, fazer compreender a construção da identidade do negro dentro de todo esse processo histórico-cultural. Sem dúvida alguma, uma compreensão com essa dimensão irá permitir uma clareza maior acerca do formato da identidade forjada pelos negros brasileiros na atualidade.

A identidade negra frente a um novo contexto: *bem-vindo à liberdade?*

Segundo Schwarcz (1987), a literatura que trata da abolição da escravidão no Brasil pode ser dividida em duas frentes: a primeira ignora a participação do negro no interior do processo de abolição, devido à sua “inquestionável” inferioridade e submissão; já a segunda trata o negro como herói e procura mostrar sua ativa participação em todo o processo abolicionista, destacando as fugas, os assassinatos, os suicídios e as insurreições como um fator de pressão em prol da abolição.

A primeira das frentes objetiva, nitidamente, ignorar a capacidade dos negros de se revoltarem contra uma situação de dominação, procurando apagar todo o seu passado cultural e reforçar a generosidade do cafeicultor em favor do trabalhador cativo, salientando que a escravidão seria um benefício para o negro, uma vez que, aqui no Brasil, a escravidão era mais humana por estar ligada aos preceitos da fé cristã.

Porém, cabe destacar que essa perspectiva não resiste a uma análise histórica. Por um lado, mesmo no período em que a escravidão negra fazia parte da realidade social brasileira, os negros nunca demonstraram essa incapacidade de se organizarem e/ou se rebelarem contra a situação de dominação imposta; muito pelo contrário, entre as formas de materializarem suas insatisfações com a situação de cativos, certamente, podemos destacar os suicídios, as fugas em

direção aos quilombos e os homicídios, praticados contra capatazes, administradores ou mesmo fazendeiros. Por outro lado, é preciso notar ainda a existência de uma imprensa negra e diversas entidades extremamente importantes no processo que culminaria no treze de maio de 1888.

Com relação à segunda frente, tende-se a concordar em parte com seus argumentos, uma vez que é inegável que todas as ações dos negros no período que antecedeu à abolição serviram para provocar a reflexão daqueles que dependiam da mão de obra escrava para obterem lucro.

De acordo com a argumentação de Ianni (1966 apud SCHWARCZ, 1987, p. 21), “os escravos, inseridos em condições econômicas, jurídicas, políticas e sócio-culturais específicas, não tinham qualquer possibilidade de elaboração como coletividade e compreensão crítica da própria situação”. Dessa forma, a abolição da escravidão foi, antes de tudo, um “negócio de brancos”.

No interior dessa afirmação de Ianni, devem-se tomar alguns cuidados para não se incorrer numa análise simplista e, ao mesmo tempo, incoerente da atuação dos negros no processo que culminou no treze de maio. Num primeiro momento, é preciso reconhecer que, nas décadas que antecederam à abolição da escravatura no Brasil, já existia um número razoável de entidades que procuravam defender os negros, seja a partir de Associações de Ajuda Mútua, seja pela atuação de uma Imprensa Negra. Ora, a própria existência dessas associações e da imprensa negra já presumia que, a depender da “boa vontade” dos proprietários de escravos, a abolição do trabalho cativo não entraria tão cedo na ordem do dia; a não ser, é claro, em meados da década de 1880, quando o trabalho cativo demonstrou grande esgotamento pelo fato de que manter um escravo havia se tornado muito mais oneroso do que contratar mão de obra livre.

Nesse sentido, parece ser mais acertado afirmar que a luta pela abolição teve importantes contribuições da atuação das associações e da imprensa negra da época, mas essa atuação, pensada de forma isolada da necessidade de expansão do sistema produtivo cafeeiro paulista, não teria tido o mesmo êxito. Portanto, o mais correto seria desenvolver uma afirmação que tangenciasse, por um lado, a atuação substancial dos negros na luta pela sua independência e, por outro, o momento estrutural vivido pelo país na época. Dessa forma, acredito ficar mais claro que a assinatura da Lei áurea não resultou apenas das pressões oriundas daqueles que defendiam a extinção do trabalho cativo no Brasil, pois estava claro para a época que esse não seria suficiente, em números absolutos, para permitir a continuidade da expansão da cafeicultura paulista em direção ao oeste paulista.

Vale destacar ainda um outro elemento que tende a minimizar a tese de que o negro foi o grande herói de sua emancipação do trabalho cativo. Após a extinção deste, não são encontrados correspondentes estruturais que denunciem o reconhecimento de tal heroísmo, pois é sabido que, dos negros que vivenciaram o contexto da pós-abolição, boa parte passou a viver de forma marginalizada nas periferias das cidades.

De modo geral, percebe-se que a construção da identidade do negro foi feita de forma negativa, carregada de estigmas que o desvalorizavam. A negação da identidade do negro tem como consequência a afirmação da identidade do branco dominador.

Na sociedade brasileira, a identidade do negro está vinculada aos papéis que lhe são atribuídos socialmente. Ainda que ninguém na sociedade escravocrata estivesse completamente livre do trabalho, aquelas tarefas que envolviam as atividades manuais eram consideradas atividades próprias de escravos e não de homens livres.

A ideia de “raça”, presente nesse período no país, colocava a superioridade racial do branco sobre o negro, e isso influenciou, de forma decisiva, na opção dos cafeicultores de contratar, logo após a abolição da escravidão, o trabalhador europeu. Portanto, na mentalidade da elite nacional, a contratação do trabalhador europeu resolvia dois problemas de uma só vez para o país: o problema do *branqueamento* da nação e o problema da escassez de mão de obra¹⁰.

Segundo DaMatta (1987 apud SCHWARCZ, 1987), é no final do século XIX que emergem as teorias raciais no Brasil. Mas isso não implica afirmar que, aqui, foi aceito todo o pacote determinista que circulava na Europa e na América do Norte, uma vez que a elite intelectual brasileira da época esteve mais aberta a discutir o determinismo de cunho racial.

A justificativa para a absorção dessa teoria está intimamente relacionada com dois eventos, a saber, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, pois estes recolocaram na ordem do dia a ideia da igualdade e da transformação da hierarquia (tão característica do Brasil). Assim, era necessário construir uma outra ideologia de dominação eficiente do ponto de vista da manutenção do *status quo*; e essa ideologia foi gestada a partir do determinismo racial, a partir do qual foi possível manter um sistema de hierarquias que

¹⁰ Com a extinção do tráfico negreiro para o Brasil em 1850, passou a vigorar um tráfico interno de escravos. Porém, a mão de obra escrava ia se esgotando e se tornando cada vez mais cara.

assegurava, por um lado, a superioridade ao grupo branco e, por outro, tornava desnecessária a segregação do mestiço, do mulato, do índio e do negro¹¹.

As abordagens feitas por estudiosos da época, pelo menos até 1930, tendiam, segundo Schwarcz, a valorizar as concepções biologistas, que afirmavam que a desigualdade das raças humanas era fruto do ciclo natural de evolução pertinente a cada uma delas. Daí a ideia de inferioridade e da incapacidade de os negros e pardos tornarem-se civilizados, o que, conseqüentemente, tornava-os inaptos a ocuparem os postos de maior prestígio na sociedade brasileira.

Essa abordagem tende a enquadrar o negro – e os outros grupos (mulato, índio e o mestiço) – dentro de uma abordagem *essencialista*, ou seja, numa caracterização que apenas informaria sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, sem dar conta de uma análise mais detida a respeito da maneira como o negro foi, historicamente, estigmatizado pela sociedade brasileira.

Segundo Woodward (2000), a base das tensões nas discussões sobre identidade divide-se entre duas perspectivas, quais sejam, a *essencialista* e a *não-essencialista*. A perspectiva essencialista da identidade entende que as características de um grupo não mudam ao longo do tempo. É como se houvesse um conjunto cristalino, autêntico, de características partilhadas por um grupo que permanecem inalteradas de uma época para outra. Já a perspectiva não-essencialista focaliza as diferenças, ou seja, trabalha com a ideia de que a caracterização daquilo que seria a identidade num dado momento histórico pode sofrer variações numa outra época. Parte-se do princípio de que as características que marcam a identidade são altamente dinâmicas, assim como a própria cultura.

Nesse sentido, talvez, fosse interessante fazer um resgate da discussão não-essencialista acerca da identidade, na medida em que se permitiria uma maior atenção às diferenças e às mudanças que ela vai sofrendo dentro de um processo histórico-cultural. Dessa forma, a tensão entre perspectivas de estabelecidos (fazendeiros) e *outsiders* (negros e imigrantes), para utilizarmos os termos de Elias (2000), seria evidenciada e tornaria possível uma abordagem mais nítida da construção da identidade do negro ao longo do tempo.

¹¹ Para se notar a eficiência desta ideologia, bastaria voltar a atenção para as relações de compadrio existentes no Brasil da época, em que saltam aos olhos a intimidade, a consideração, o favor e a confiança entre os grandes proprietários rurais e seus empregados.

Primeiro, vejamos. O trabalhador europeu que foi atraído para as lavouras de café do estado de São Paulo chegou bastante valorizado, pois trouxe em sua cultura, segundo o imaginário do fazendeiro de café, a disposição para o trabalho duro e intenso. Esse foi um dos fortes motivos pelos quais a mão de obra do trabalhador nacional, especialmente a do negro liberto, acabou não sendo muito utilizada logo após a abolição dos escravos¹². A mão de obra do europeu, além da valorização tradicional, era colocada ainda em termos de superioridade racial e de sangue¹³. Observamos o quadro abaixo:

Quadro 2: Ingresso de imigrantes europeus em São Paulo.

Períodos	Nº de imigrantes
1875-1879	10.455
1880-1884	15.852
1885-1886	16.036
1887	32.112
1888	92.086

Fonte: (TAUNAY. História do café no Brasil. In: GORENDER, J. O **escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p. 509).

O quadro acima sugere que, no ano em que se consolida a abolição dos escravos no Brasil, a quantidade de trabalhadores imigrantes que ingressaram no estado de São Paulo, praticamente, triplicou. Ou seja, já no ano de 1888, sobretudo nos meses que se seguiram à abolição, houve uma enxurrada de trabalhadores europeus ocupando aquelas atividades anteriormente desenvolvidas pelos negros, e isso, certamente, promoveu, junto aos negros, sérias consequências do ponto de vista social, político, econômico e cultural. Tal como nos atestam jornais e almanaques de época, não encontrando muitos postos de trabalho nas fazendas, muitos negros que vieram para as zonas urbanas acabaram fundando bairros negros nas periferias das cidades.

Embora sem informações sobre a cor dos vadios, Aufderheide (1976 apud FAUSTO, 1983) mostrou como as autoridades sempre fizeram uma aproximação entre a vadiagem e a

¹² O trabalhador nacional era estigmatizado como fraco, desordeiro, andejo, indolente, que só trabalhava dois ou três dias por semana, enfim, que não se dedicava ao trabalho.

¹³ DURHAN, Eunice Ribeiro. **Assimilação e mobilidade**: história do imigrante italiano em um município paulista. São Paulo: IEB/USP, 1960.

população negra. Essa categoria (vadiagem) pode ser descrita como “a mais degradada, incômoda e nociva é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 290).

É certo que a libertação dos escravos e a conseqüente marginalização deste grupo têm algum efeito sobre as estatísticas de vadios, porém, da mesma forma, deve-se levar em conta a grande quantidade de imigrantes presentes nos centros urbanos que também acabaram representando uma parte significativa dessa categoria, sobretudo por terem se desiludido com as condições de vida e trabalho nas fazendas de café. As queixas dos imigrantes não se limitavam apenas aos maus tratos e à falta de pagamentos, reclamavam ainda do isolamento social, cultural e religioso¹⁴. Sem terem emprego fixo, tanto negros como imigrantes acabaram presos por vadiagem (FAUSTO, 1983)¹⁵.

Em São Carlos, na fazenda Palmital, foram colhidos, um ano após a libertação dos negros, 23.739 alqueires de café, e, destes, 80% foram colhidos por colonos italianos, e somente os 20% restantes, pelos negros libertos¹⁶. De uma maneira geral, esses dados apontam dois aspectos da inserção da mão de obra livre nas fazendas de café: primeiro, a mão de obra escrava foi substituída com relativa rapidez pela mão de obra livre; segundo, os negros não foram contratados pelos fazendeiros, que preferiram contratar mão de obra imigrante, principalmente a de italianos. Isso acabou fazendo com que sobrassem aos negros poucas chances de emprego e inclusão na ordem social vigente¹⁷.

Essa realidade que as pessoas negras tiveram que enfrentar no período pós-abolição permite rememorar o sentido da palavra *abolicionismo* para Joaquim Nabuco. Nas

¹⁴ PETRONE, Maria Theresa Schorer. O imigrante italiano na fazenda de café, em São Paulo. In: De BONI, Luis A. (org.). **A Presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Est. – Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

¹⁵ Num estudo que deu origem à minha monografia de conclusão de curso intitulada *O Banditismo em São Carlos: o caso do Bando Mangano (1894 a 1898)*, pode ser observado que todos os componentes da quadrilha eram imigrantes oriundos da Itália, mais precisamente, da Calábria. A cópia desse trabalho pode ser encontrada no Núcleo de Pesquisa e Documentação “Dr. José Albertino Rosário Rodrigues”, do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, e na Fundação Pró-Memória de Prefeitura de São Carlos.

¹⁶ Os negros oriundos dessa fazenda do Conde do Pinhal, pertencente ao município de São Carlos, fundaram um bairro na periferia da cidade com o nome de Vila Isabel.

¹⁷ VALLADARES, Licia. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil**. Texto apresentado no Encontro Anual da Anpocs de 1990, Caxambú, MG.

preocupações deste autor, fica evidente sua visão quanto ao futuro das pessoas negras com o fim da escravidão:

O abolicionismo [...] não se contenta com ser o advogado *ex officio* da porção da raça negra ainda escravizada; não reduz sua missão a promover e conseguir [...] o resgate dos escravos e dos ingênuos. Essa obra – de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar – da emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão. (NABUCO, 2000, p. 3)

Certamente, para Nabuco, a palavra abolicionismo era vista dentro de um contexto global muito maior, ou seja, a excelência desse termo não se limitava apenas à conquista da extinção da escravidão no Brasil, englobava uma preocupação constante com a reparação, o resgate da dignidade, autoestima e identidade das pessoas negras.

Num meio social altamente hierarquizado como é o brasileiro, no qual impera o ditado “cada macaco no seu galho”, em que as coisas e os espaços já estão previamente identificados e definidos pelos “donos do poder”, a posição das pessoas negras – ou mesmo as indígenas, mulatas e mestiças – já está demarcada de modo vertical. Daí a existência de situações de discriminação e preconceito em relação aos indivíduos que ocupam aquelas posições de menor prestígio social. O mais perverso num sistema como esse não é que ele permite a inferiorização, visto que a diferença já está dada a partir da existência da hierarquia, mas sim a ausência de relações sociais, pois a falta destas faz com que o indivíduo não seja conhecido socialmente (não tenha laços locais) e se torne passível de discriminação.

Segundo Woodward (2000), a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. As categorias presentes no discurso dos cafeicultores serviram para reforçar uma autoimagem negativa que o negro tinha, historicamente, construído em relação a seu grupo. A consciência da própria identidade dos sujeitos é adquirida em contatos que confirmam essas diferenciações. De acordo com essa perspectiva da construção da identidade, cada indivíduo, ao interagir, reflete-se no outro. Portanto, o homem faz-se à imagem e semelhança de outros homens por conflito e dominação.

Se, por um lado, a estigmatização do negro e do mestiço serviu para uma construção negativa da sua autoimagem, por outro lado, a classificação do trabalhador estrangeiro como bom serviu para a afirmação da autoimagem deste. De certa forma, essa classificação funcionou

como um divisor de águas entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, o que, conseqüentemente, acabou provocando um afastamento entre esses dois grupos, principalmente em relação à nupcialidade¹⁸. Também, a preocupação em manter a cultura de origem parece ter implicado o fechamento dos imigrantes italianos em seu próprio grupo étnico, pois, tendo a mesma consciência de que o elemento nacional era estigmatizado como inferior – tanto em nível racial quanto em relação ao sangue – pelos estabelecidos (cafeicultores), logo perceberam que sua integração à nova sociedade não admitia o matrimônio com negros ou mestiços, pois, do contrário, também sofreriam o mesmo estigma.

A inserção do trabalhador europeu nas lavouras de café acabou desencadeando a construção de uma nova sociedade, antes marcada pela dicotomia brasileiro-branco e brasileiro-negro¹⁹. É importante lembrar que, em 1845, houve uma primeira experiência com o trabalho livre na fazenda do Senador Vergueiro, a qual, no entanto, não deu certo, devido às penalidades impostas aos imigrantes, que consistiam em pesadas multas; por isso, era proibida qualquer manifestação que levasse a alguma forma de organização. Tudo isso resultou em protestos e na proibição da emigração para o Brasil por vários países. Como consequência, os fazendeiros acabaram retornando ao trabalho escravo.

Na década de 1890²⁰, o Brasil recebeu um grande contingente numérico de estrangeiros, vindos principalmente para trabalharem nas lavouras de café do estado de São Paulo. Essa é uma outra face da relação migrante-sociedade receptora que está representada nas características de uma sociedade do tipo plurirracial ou pluriétnica, na qual, além de nacionais, entram estrangeiros de várias nacionalidades e de distintas tradições culturais.

No que toca à preservação da cultura de origem, nota-se que, tanto no grupo de estrangeiros quanto no de negros, essa preocupação existiu. Em relação aos negros, o resgate

¹⁸ Imigração e Casamentos: o caso de São Carlos (1890 a 1939), dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nesse trabalho, foram notadas, entre tantas outras coisas, as reais fronteiras entre brancos e negros no mercado matrimonial de um município do interior paulista.

¹⁹ Tal como mostra a literatura que trata do período, o negro ficou à margem da construção dessa nova sociedade, sendo impedido de vender sua mão de obra para a lavoura de café; como consequência imediata, ocorreu a sua marginalização das atividades econômicas atraentes da época. Isso acabou fazendo com que sobrassem aos negros poucas chances de emprego e inclusão na ordem social vigente (VALLADARES, 1990).

²⁰ Nos anos de 1870, houve a penetração de estrangeiros no país: alemães (que desenvolviam serviços de pedreiros), portugueses (de carpintaria) e italianos (serviços de mascates).

da cultura de origem é notado quando se verifica que, já a partir da segunda metade do século XIX, existiram associações de negros. A prática do Candomblé entre a comunidade negra é um exemplo de cultivo da cultura africana. Porém, vale ser destacado aqui que as associações dos negros não atuavam exclusivamente no campo religioso, pois organizavam caixas de auxílio, de empréstimos e também juntas de alforria.

As atitudes dessas associações dos negros demonstram a existência da solidariedade no interior do grupo. Em relação aos jornais, Moura (1992) afirma que, ao serem:

[...] mantidos pelos próprios grupos que os editavam e alguns membros da comunidade que se cotizavam para ajudá-los, constituíram um fato único no Brasil. A obstinação desses grupos negros em manterem um espaço ideológico e informativo independente, bem como a sua consciência étnica, determinou a sua continuidade, embora intermitente. Por outro lado, esses jornais também serviram de veículo organizacional dos negros. As discussões que se tratavam nas suas páginas, a colocação permanente dos problemas específicos da comunidade, as denúncias contra o racismo e a violência através de fatos concretos, tudo isso levou a que os negros de São Paulo fundassem o maior movimento político negro no Brasil: a Frente Negra Brasileira.

A informação sobre a existência de uma imprensa negra no Brasil, desde o século XIX, serve para desmascarar os preceitos de que o movimento negro teve início no Brasil somente a partir de 1970. Essa imprensa, quando analisada em seu conjunto, permite-nos compreender quais eram as reais questões que despertavam o interesse das pessoas negras engajadas nesse tipo de veículo. Certamente, o fato de os jornais trazerem muito mais informações sobre as necessidades das comunidades e o despertar para uma consciência étnica estão diretamente associados a uma ideologia que precisava promover o resgate da valorização, da autoestima e da identidade da cultura negra, por meio dos mitos e ritos presentes nas tradições negro-africanas²¹.

Apesar da existência de inúmeras associações dos negros pelo país, nota-se que aquelas que representavam os estrangeiros tiveram uma melhor inserção na sociedade brasileira, tanto no que toca à conquista de direitos civis quanto em relação ao ingresso na política. Raros são os negros que conseguiram entrar para o mundo da política nas primeiras décadas após a

²¹ A riqueza mitológica e ritualística africana, sem dúvida, é um dos principais elementos para se entender o sucesso da recriação da vida nas várias partes do Planeta (OLIVEIRA, 2006, p. 87).

abolição. Aliás, pode-se afirmar que o movimento ocorreu exatamente num sentido contrário, pois, como já foi salientado, o negro foi estigmatizado e excluído da construção dessa nova ordem social.

Portanto, na sociedade brasileira, a identidade do negro está vinculada aos papéis que lhe foram e são atribuídos socialmente. Se, na época da escravidão, o papel do negro resumia-se a desempenhar aquelas atividades que os homens livres não desejavam realizar; quando o negro alcança a sua liberdade, ele acaba sendo marginalizado das atividades econômicas atraentes da época.

De acordo com Oliveira:

No jogo das representações identitárias no Brasil, os afrodescendentes foram ideologicamente representados como inferiores. Negativados desde a sua cor até sua condição social, os afrodescendentes viram-se aliados das vantagens sociais por consequência da negação de sua cultura e história. (OLIVEIRA, 2006, p. 77)

A construção da identidade das pessoas negras, portanto, não poderia ser outra a não ser aquela que negasse o seu próprio grupo, pois, sendo a identidade construída no jogo das relações sociais e sendo este jogo dominado pela elite cafeeira, que defendia o branqueamento da sociedade – por acreditar na veracidade de que o elemento negro era racialmente inferior e isso degenerava toda a sociedade –, era de se esperar que a estigmatização e, conseqüentemente, a exclusão e marginalização dos negros fossem os sentimentos que dominassem os *estabelecidos* da sociedade da época. Isso nos leva a afirmar que o negro – assim como a mulher, o índio e o judeu – é uma construção histórica do homem branco.

Diante desse contexto exposto, passa-se a compreender quais são os motivos pelos quais o negro e o indígena são lembrados no Brasil apenas a partir de espaços muito específicos. Em geral, lembrar de “boas qualidades” do negro no Brasil é possível apenas em alguns locais ideologicamente construídos para tal, quais sejam, o esporte, a sexualidade e as representações folclóricas. Ver o negro num espaço fora dessas esferas há pouco mencionadas ainda provoca fortes estranhamentos, é como se as pessoas estivessem diante de “um peixe fora d’água”.

Esse estranhamento está em perfeita harmonia com as ideologias dominantes da sociedade brasileira, uma vez que foram gestadas exatamente para mascarar a discriminação e o preconceito racial, salientando a superioridade de um grupo sobre o outro.

Diferentemente dos EUA, que forjaram um sistema dualista de classificação no qual não se aceitavam gradações de cor; no Brasil, o sistema é abrangente, e neste se aceitam gradações. E essas gradações evidenciam que o grau de discriminação e preconceito está diretamente associado a uma maior ou menor pigmentação da pele, ou seja, quanto mais próxima da cor negra, maior a discriminação e o preconceito, e, quanto mais próxima da cor branca, maior a aceitabilidade e permeabilidade na estrutura social.

É claro que essa forma de classificação possui suas exceções. Por exemplo, pela condição intelectual, financeira ou pelo poder político, um negro ou um mulato podem ser classificados como brancos. Como já foi salientado, isso acontece porque, no Brasil, “o racismo europeu e americano penetra a cena intelectual, mas é transformado por meio de um cenário hierarquizado e antiigualitário” (DaMATTA, 1993, p. 81).

De modo geral, pode-se dizer, então, que, mesmo com um sistema abrangente de classificação social fundado na hierarquia – e, por isso, profundamente anti-igualitário – o racismo brasileiro, a partir dessas categorias intermediárias, tem no mestiço sua “caixa de contenção”, pois, desfrutando este de uma maior permeabilidade na estrutura social, essa categoria acabou impedindo o confronto do negro com o branco (explorador desse sistema hierárquico) e, conseqüentemente, fez com que o racismo acabasse passando por longos anos despercebido pela sociedade brasileira.

Considerações Finais

Diante de tudo o que foi exposto, não parece absurda a afirmação de que a identidade do negro foi fixada e essencializada como forma de mantê-lo num processo de marginalizado social, longe de qualquer atividade economicamente atraente da época. Em épocas passadas, a classificação e a estigmatização do negro tiveram como pano de fundo o branqueamento da sociedade da época, que havia sido fortemente influenciada pelo pensamento europeu, vindo desde Aristóteles e Hegel, que atribuíam à etnia negra uma inferioridade que era inerente a ela. Atualmente, nota-se que a estratégia da discriminação do negro passa, basicamente, pelo interesse em mantê-lo à margem das atividades de maior prestígio na sociedade.

Durante o processo que levou à abolição da escravidão no país, nota-se que o negro não ficou inerte, como uma parte da historiografia tende a afirmar. Pelo contrário, as fugas, os abortos, os suicídios, as inúmeras associações, os jornais etc. demonstravam que havia uma luta intensa e cotidiana para que os negros conseguissem sua liberdade. Porém, não se pode perder de vista que, adicionado a essa luta dos negros pela abolição da escravidão, temos o interesse dos cafeicultores, que, paulatinamente, vão perdendo o interesse no trabalho escravo por este ter se tornado altamente custoso para a fazenda.

A substituição da mão de obra escrava pela livre implicou mudanças na sociedade brasileira. Após a abolição da escravidão, a inserção do trabalhador europeu ocorreu de forma rápida, pois os cafeicultores acreditavam que o trabalhador estrangeiro era ideal para o país, pois era europeu, branco e valorizava o trabalho como meio para ascender socialmente, ou seja, o estrangeiro tinha uma visão positiva do trabalho. Este foi um dos fortes motivos pelos quais o trabalhador nacional, especialmente, o negro liberto, acabou não sendo muito utilizado logo após a abolição dos escravos. Em comparação ao período escravocrata, a ideologia da valorização do trabalho não poderia nunca ter existido, pois o regime de trabalho escravo impôs uma deformação à própria ideia de trabalho.

Temos ainda que salientar que a imagem negativa do negro frente ao seu próprio grupo tem relação direta com a maneira como ele se percebe na relação com a sociedade brasileira (o outro). Portanto, não seria absurdo relacionarmos o conceito de identidade social à ideia de estigma, visto que os estigmas interferem decisivamente na visão que o indivíduo constrói de seu grupo.

Por meio da linguagem, é possível apreendermos toda a cultura de um povo, inclusive, a discriminação. Por exemplo, a palavra “denegrir” – muito utilizada nesse período por aqueles que defendiam o branqueamento da nação – era carregada de estigmas negativos (tais como, inferioridade, degeneração etc.) e foi relacionada diretamente aos negros. Goffman (1975 apud SILVA, 1995) afirma que a cor da pele, por ser algo visível de imediato, já permite determinar a identidade social do indivíduo. Ela pode tornar diferentes os outros membros da sociedade e, assim, ocasionar seu descrédito e fazer surgir, em consequência, o estigma.

A posição social e econômica inferior irá refletir de forma negativa na escolaridade e, conseqüentemente, nas oportunidades de ascensão no mercado de trabalho. Os descendentes de

escravos, possivelmente, introjetaram, ao longo de todo o período de dominação, uma imagem negativa de si mesmos.

Para finalizar, cabe ser feita uma última consideração: sendo a história das culturas caracterizada pela mudança das relações sociais entre os homens, seria possível o homem negro, ao negar os estereótipos negativos que lhe são atribuídos socialmente, elaborar uma contraideologia na qual afirmasse a sua individualidade, a sua pessoa. Por meio das várias associações que defendiam os interesses dos negros – desde a abolição da escravidão no Brasil –, isso, de certa forma, já foi iniciado. Portanto, está-se apontando para a necessidade de o oprimido reavaliar o seu papel como sujeito histórico, para desmistificar a ideologia que apregoa a superioridade de uma raça sobre outras e, principalmente, e se criar o hábito de denunciar do discurso que afirma a sua inferioridade e justifica a dominação e a violência dos povos colonizadores.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

CONCEIÇÃO, Silvano da. **Imigração e casamentos**: o caso de São Carlos (1890 a 1939). 2004. 119 p. Dissertação (Mestrado em Relações Sociais, Poder e Cultura) – UFSCar. São Carlos, 2004.

CONCEIÇÃO, Silvano da; SANTOS, Sara de Jesus. A implementação da lei nº 10.639/2003 numa escola municipal do interior da Bahia. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza (CE), ano 42, n. 81, p. 9-25, jan./abr. 2020.

DaMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1993.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1978.

DURKHEIM, Émile. Algumas formas primitivas de classificação. In: **Émile Durkheim**: sociologia. RODRIGUES, José Albertino (org.). Tradução de Laura Natal Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.

EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: **Revista brasileira de ciências sociais/Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais**. v. 18, n. 53, p. 05 – 18, out. de 2003.



ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAUSTO, Boris. Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924). In: **Crime, violência e poder**. PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). São Paulo: brasiliense, 1981. p. 193-210.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991. FAPESP.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra/Southern Educational Foundation, Inc, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Traduções Tomaz Tadeu de Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

MONSMA, Karl. Martin, TRUZZI, Osvaldo Mário Serra, CONCEIÇÃO, Silvano da. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no oeste paulista, 1895-1898. In: **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 18, p. 71-96, 2003.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

OLIVEIRA, David E. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (Des)caminhos da identidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 15, p. 01-16, 2000.



PINTO, Ana Flávia Magalhães. **A imprensa negra no Brasil**: momentos iniciais. Disponível em: Imprensa Negra - CUT-BA. Acesso em: 13/08/2020.

POUTGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial ANDES, 1957.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. 1ª edição, 1888.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos a cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: CIA das Letras, 1987.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1999.

VALLADARES, Licia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSHI, R. R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1989.